



## Fake news sobre o PECFAZ e os 28,86% circulam nas redes sociais

Estão rolando nas redes sociais algumas fake news sobre uma suposta incorporação das diferenças dos 28,86% e também a respeito de um serviço extrajudicial para elaboração de um projeto de lei para correção do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ).

Em relação ao PECFAZ, a fake news que circula fala sobre supostos serviços extrajudiciais para apresentação de um projeto de lei para correções do plano de cargos. É lógico, os servidores seriam cobrados para execução de tal serviço.

A assessoria jurídica explica que a elaboração de um projeto de lei para assuntos relacionados ao Regime Jurídico Único (RJU), concessão de reajustes etc, compete ao chefe do Poder Executivo, ou seja, ao presidente da República. “Com o governo Bolsonaro não há discussão. Ele não negocia conosco”, lembra o secretário geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo.

O sindicalista explica que na negociação de 2015, ainda no governo Dilma, as entidades firmaram acordo para discutir a reestruturação de carreira, não só do PECFAZ, mas de outras. No entanto, ainda em 2015, a presidente eleita foi afastada. Em

2016 houve o impeachment (golpe) e de lá para cá os governos Temer e Bolsonaro não negociam com a categoria.

### Diferença dos 28,86%

Circula nas redes sociais também um modelo de requerimento administrativo solicitando a incorporação do reajuste de 28,86%, com base na Súmula 48 da AGU e na Medida Provisória nº 1.704/98.

No entanto, os valores devidos em decorrência dessa medida provisória, correspondentes ao período compreendido entre 1º de janeiro de 1993 e 30 de junho de 1998, foram pagos, a partir de 1999, em até sete anos, nos meses de fevereiro e agosto, mediante acordo firmado individualmente pelo servidor até 30 de dezembro de 1998.

Os servidores que não assinaram o acordo para receber administrativamente, conforme possibilitava a Medida Provisória 1.704, em sua maioria, entraram na Justiça.

De acordo com a Súmula 48 foram integralizadas as diferenças percentuais para completar os 28,86% dos servidores públicos, deixando de existir saldo a incorporar. Além disso, devido ao tempo, mesmo que houvesse

algo a receber, o que não é verdade, já estaria prescrito, sem possibilidade de ingressar na Justiça.

Com informações do Sindsep/PE  
Fonte: Condsef



## Fórum Social Mundial tem nova data: 26 a 30 de abril, em Porto Alegre (RS)

O Fórum Social Mundial Justiça e Democracia (FSMJD) já tem uma nova data. Diante da situação de aumento de casos de covid-19, ocasionados pela variante ômicron, o evento que ocorreria em Porto Alegre (RS) no fim de janeiro, foi adiado para o período de 26 a 30 de abril de 2022. Nesse mesmo período será realizado também o FSM-Resistencias. O local permanece o mesmo, a cidade de Porto Alegre (RS).

A organização informa que, caso alguma entidade integrante do FSMJD queira realizar entre 27 e 29 de janeiro atividade virtual já inscrita, poderá divulgá-la nas redes do FSMJD. O evento também poderá ser retransmitido no canal do Fórum no YouTube.

Os interessados deverão entrar em contato com o Comitê Facilitador até 18 de janeiro. “A realização de atividades virtuais não significa a realização do FSMJD, mas tão somente a continuidade do processo de mobilização em curso, sendo certo que qualquer entidade integrante do FSMJD pode promover atividades de interesse do movimento a qualquer tempo”, informam os organizadores. “Será criada uma comissão para tratar de plataformas para realização de atividades virtuais de agora em diante.”

A campanha de doação

para a realização do FSMJD continua. Assim como a necessidade de recursos financeiros. “E roga-se às entidades que já pagaram a taxa de inscrição para que não peçam o reembolso, pois a atividade poderá ser realizada em abril e o FSMJD precisa dessa contribuição para continuar seu trabalho de mobilização em prol de outro mundo possível”, explica nota do Fórum.

### Transformação

O encontro deste ano pretende fazer uma reflexão sobre os diversos problemas que envolvem o sistema de Justiça. Além de suas conexões com as ameaças que pairam sobre a democracia no Brasil e em vários outros países. Os debates serão feitos em torno de cinco grandes eixos: democracia, arquitetura do sistema de Justiça e as forças sociais; sistema de Justiça, democracia e direitos de grupos vulnerabilizados; capitalismo, desigualdades e mundos do trabalho; comunicação, tecnologias e Justiça; e perspectiva transformadora da Justiça e a centralidade da cultura nesse processo.

Em 2021 o Fórum Social Mundial completou 20 anos. Foi realizado pela primeira vez de



forma remota, seguindo o protocolo de realização de eventos durante a pandemia. O tema questionava “Como será o mundo no período pós-covid-19?”.

O Fórum é organizado por associações e coletivos jurídicos, movimentos sociais e entidades progressistas das áreas da Justiça e da Democracia. Entre elas estão: Transforma MP, Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABDJ), Associação de Advogadas e Advogados Públicos pela Democracia, Associação Juízes para a Democracia (AJD), Coletivo Defensoras e Defensores Públicos pela Democracia e Movimento Policiais Antifascismo.

Fonte: CUT